

Técnico em Contabilidade

Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado.
- 2 Este Caderno contém, respectivamente, **uma** proposta de Redação e **50 questões** de múltipla escolha, assim distribuídas: **01 a 10** ▶ Língua Portuguesa; **11 a 20** ▶ Legislação; **21 a 50** ▶ Conhecimentos Específicos.
- 3 Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeições gráficas que impeçam a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente, ao Fiscal.
- 4 A Redação será avaliada considerando-se apenas o que estiver escrito no espaço reservado para o texto definitivo na **Folha de Redação** fornecida pela Comperve.
- 5 Escreva de modo legível, pois dúvida gerada por grafia ou rasura implicará redução de pontos.
- 6 Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 7 Interpretar as questões faz parte da avaliação, portanto não peça esclarecimentos aos fiscais.
- 8 A Comperve recomenda o uso de caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
- 9 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 10 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 11 Você dispõe de, no máximo, **quatro horas e trinta minutos** para redigir o texto definitivo na **Folha de Redação**, responder às questões e preencher a **Folha de Respostas**.
- 12 O preenchimento da Folha de Respostas e da Folha de Redação é de sua inteira responsabilidade.
- 13 Antes de se retirar definitivamente da sala, **devolva** ao Fiscal **este Caderno**, a **Folha de Respostas** e a **Folha de Redação**.

Assinatura do Candidato: _____

Prova de Redação

Com a popularização do uso da *internet*, publicar nas redes sociais tornou-se um dos hábitos mais frequentes na vida dos brasileiros, o que tem acarretado problemas como a viralização de notícias falsas, as chamadas *fake news*. Muitas vezes, o compartilhamento indiscriminado de informações imprecisas gera transtornos e prejuízos ao alvo dessas publicações.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Considerando essa problemática e seus conhecimentos a respeito do tema, produza um **artigo de opinião** com o objetivo de defender um posicionamento sobre a seguinte questão:

Internautas que compartilham *fake news* em redes sociais devem ser penalizados?

INSTRUÇÕES

Ⓢ Seu artigo deverá atender às seguintes normas:

- ser redigido no espaço destinado à versão definitiva na Folha de Redação;
- apresentar explicitamente um ponto de vista, fundamentado em, no mínimo, dois argumentos;
- ser redigido na variedade padrão da língua portuguesa;
- ser redigido em prosa (e não em verso);
- conter, no máximo, 40 linhas; e
- não ser assinado (nem mesmo com pseudônimo).

ATENÇÃO

Ⓢ Será atribuída **NOTA ZERO** à redação em qualquer um dos seguintes casos:

- texto com até 14 linhas;
- fuga ao tema ou à proposta;
- letra ilegível;
- identificação do candidato (nome, assinatura ou pseudônimo);
- texto que revele desrespeito aos direitos humanos ou que seja ofensivo; e
- artigo escrito em versos.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	

25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

(NÃO ASSINE O TEXTO)

As questões de 1 a 10 desta prova são baseadas no texto abaixo.

Salas de aula transformando o sertanejo

- 1º Ao longo de anos, o sertão do Rio Grande do Norte foi subjugado às intempéries da seca que expulsou milhares de sertanejos de suas origens em busca de água e sobrevivência. Numa revolução inimaginável para a maioria dos moradores das terras mais áridas do estado, cujas precipitações médias anuais são inferiores a 800 milímetros, a educação se tornou o meio de transformação social, cultural e econômica. Hoje, por entre os cactos que povoam a caatinga, surgem institutos federais, faculdades, universidades e a primeira Escola Multicampi de Ciências Médicas do Brasil. Em uma década, o número de instituições de ensino superior no estado cresceu 33,3% e expandiu o número de vagas em 125,38%. O sertão do flagelo da seca se transformou no chão das oportunidades e do resgate de sonhos.
- 2º “Não existia perspectiva. Meu pai era analfabeto. Eu cresci estudando em escola pública e numa família carente”, relembra Anderson Fernandes, 26 anos, formado em Odontologia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN-Campus Caicó). Nascido numa família que enfrentou inúmeras dificuldades ao longo dos anos, a falta de perspectiva de mudança não fez o estudante esmorecer, como se diz em Caicó. Formado há dois anos, hoje servidor público e aluno do Curso de Mestrado em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Fernandes é apenas um exemplo dos milhares de jovens do interior do estado que se beneficiaram com o processo de interiorização da educação superior. De 2006 a 2016, o número de instituições de ensino desse perfil saiu das 21 para 28, entre públicas e privadas, conforme dados mais recentes do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
- 3º A UERN, na qual Anderson Fernandes se formou, abriu os cursos de Odontologia e Enfermagem, em Caicó, em 2006. “A UERN tem papel crucial na interiorização do ensino superior. Ela foi pioneira na instalação de cursos da área da Saúde no Seridó”, destaca Álvaro Lima, diretor do Campus da UERN em Caicó. Desde então, os alunos que antes migravam para outras cidades potiguares ou até mesmo para a Paraíba passaram a permanecer em Caicó.
- 4º Na mesma década, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, o IFRN, multiplicou por 10,5 o número de unidades instaladas no estado. Em 2006, eram apenas duas – uma em Natal e outra em Mossoró. Hoje, 21 institutos oportunizam a entrada de milhares de alunos no ensino médio, no técnico, na graduação e na pós-graduação.
- 5º No âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o processo de interiorização do ensino superior remonta à década de 1970, com a abertura dos cursos de Letras, Administração, Estudos Sociais, Pedagogia, História e Engenharia de Minas em Caicó. Naquela época, os cursos eram ministrados num prédio cedido pela Diocese de Caicó. Anos depois, com a inauguração do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), com três blocos de aulas num terreno de 10 hectares, ocorreu a ampliação do número de graduações e de professores e a expansão das atividades para a cidade vizinha, Currais Novos.
- 6º No Oeste do Rio Grande do Norte, a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) iniciou um processo de expansão com a transformação em universidade federal em 2005. Antes, funcionava como Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM). Desde então, criou novos cursos e abriu três *campi* avançados em Angicos, Caraúbas e Pau dos Ferros. Na atualidade, a UFERSA oferece 22 cursos de graduação e 24 de pós-graduação. A comunidade estudantil é de 10.345 alunos somente nos cursos presenciais. “A interiorização

do ensino superior pode ser considerada o maior programa de inclusão do Governo Federal, na medida em que tem levado pesquisa, ensino e desenvolvimento a locais que antes estavam longe de grandes centros universitários. A UFERSA é um profícuo exemplo disso”, declara o reitor José de Arimatea de Matos.

^{7º} Expandir a interiorização do Ensino Superior, principalmente nos cursos da área da Saúde, deve ser uma meta prioritária da UFRN. Um dos objetivos da Escola Multicampi de Ciências Médicas é ter, em seu quadro, 86 docentes. Para isso, alguns desafios deverão ser vencidos. Um deles é o financeiro. Em comum, a UERN, a UFERSA e a UFRN sofrem com a falta de recursos. O custeio para o Curso de Medicina de Caicó, por exemplo, foi zerado em 2018. Por ano, de acordo com George Dantas de Azevedo, a UFRN repassa R\$ 1,3 milhão para pagamento de despesas básicas. O desafio deste ano será financiar o internato dos estudantes da primeira turma, iniciada em 2014, que migrarão para a prática acadêmica no Hospital Universitário Ana Bezerra, em Santa Cruz. Na UERN, o orçamento aprovado para este ano é R\$ 71 milhões menor que o previsto para 2017.

Disponível em: <<http://blog.tribunadonorte.com.br/umnovosertao/>>. Acesso em: 05 jul. 2018. [Excerto adaptado]

01. O propósito comunicativo principal do texto é

- A)** persuadir o leitor a assumir que a interiorização do ensino superior no Rio Grande do Norte é uma forma de transformar a vida do sertanejo.
- B)** informar o leitor sobre as transformações ocorridas no sertão do Rio Grande do Norte em decorrência da interiorização do ensino superior.
- C)** informar o leitor acerca da expansão e da diversificação do ensino superior no Brasil e, em especial, no sertão do Rio Grande do Norte.
- D)** persuadir o leitor a assumir que a diminuição dos recursos destinados ao ensino superior no Rio Grande do Norte pode causar prejuízos à vida do sertanejo.

02. Da relação entre título e texto, depreende-se

- A)** um argumento.
- B)** uma suposição.
- C)** uma constatação.
- D)** um contra-argumento.

03. A progressão do texto ocorre da seguinte forma:

- A)** 1º parágrafo apresenta a temática; 2º, 3º, 4º, 5º e 6º parágrafos desenvolvem a temática; 7º parágrafo avalia a temática.
- B)** 1º parágrafo apresenta a temática; 2º, 3º, 4º e 5º parágrafos desenvolvem a temática; 6º e 7º parágrafos avaliam a temática.
- C)** 1º e 2º parágrafos apresentam a temática; 3º, 4º, 5º e 6º parágrafos desenvolvem a temática; 7º parágrafo avalia a temática.
- D)** 1º e 2º parágrafos apresentam a temática; 3º, 4º e 5º parágrafos desenvolvem a temática; 6º e 7º parágrafos avaliam a temática.

04. No texto, entrecruzam-se, prioritariamente, as sequências

- A)** descritiva e explicativa.
- B)** narrativa e argumentativa.
- C)** narrativa e explicativa.
- D)** descritiva e argumentativa.

05. A linguagem empregada no texto tende

- A)** à conotação e ao registro informal, em desconformidade com o gênero discursivo.
- B)** à denotação e ao registro informal, em desconformidade com o gênero discursivo.
- C)** à conotação e ao registro formal, em conformidade com o gênero discursivo.
- D)** à denotação e ao registro formal, em conformidade com o gênero discursivo.

Para responder às questões 06, 07, 08, 09 e 10, considere o excerto transcrito abaixo.

“Não existia **perspectiva**[1]. Meu pai era analfabeto. Eu cresci estudando em escola pública e numa família carente”, **relembra**[2] Anderson Fernandes, 26 anos, formado em Odontologia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN-Campus Caicó). Nascido numa família que enfrentou inúmeras dificuldades ao longo dos anos, a falta de perspectiva de mudança não fez o estudante esmorecer, **como**[3] se diz em Caicó. Formado há dois anos, hoje servidor público e aluno do Curso de Mestrado em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Fernandes é apenas um exemplo dos milhares de jovens do interior do estado que se beneficiaram com o processo de interiorização da educação superior. De 2006 a 2016, o número de instituições de ensino desse perfil saiu das 21 para 28, entre públicas e privadas, conforme dados mais recentes do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

06. Sobre o uso da pontuação, afirma-se corretamente:

- A) a primeira vírgula poderia ser substituída por ponto-e-vírgula.
- B) os dois primeiros pontos poderiam ser substituídos por vírgulas.
- C) os parênteses poderiam ser substituídos por aspas.
- D) a última vírgula poderia ser substituída por um ponto.

07. No trecho, há

- A) apenas uma citação de discurso alheio, sendo ela sob forma de discurso direto.
- B) três citações de discurso alheio, duas sob forma de discurso direto e uma sob forma de ilha textual.
- C) apenas uma citação de discurso alheio, sendo ela sob forma de discurso indireto.
- D) três citações de discurso alheio, uma sob forma de discurso direto e duas sob forma de modalização em discurso segundo.

08. Na oração em que surge, o elemento linguístico [1] funciona como

- A) sujeito.
- B) objeto direto.
- C) predicativo.
- D) adjunto adnominal.

09. O elemento linguístico [2] possibilita depreender que a informação por ele introduzida

- A) é uma prática impensada na vida do seu enunciador.
- B) não é comum na vida do seu enunciador.
- C) não é novidade na vida do seu enunciador.
- D) é uma situação incômoda na vida do seu enunciador.

10. No contexto em que surge, o elemento linguístico [3] é uma

- A) preposição e estabelece uma relação de concessão.
- B) conjunção e estabelece uma relação de conclusão.
- C) preposição e estabelece uma relação de consequência.
- D) conjunção e estabelece relação de conformidade.

11. De acordo com as normas expressas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/90), os cargos públicos são criados por
- A) lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.
 - B) decreto, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou temporário.
 - C) lei, com denominação própria e remuneração paga pelos cofres públicos, para provimento em caráter temporário ou em comissão.
 - D) decreto, com denominação própria e remuneração paga pelos cofres públicos, para provimento em comissão ou em caráter efetivo.
12. Um servidor lotado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte está no período de estágio probatório. Nos termos estabelecidos na Lei nº 8.112/90, pode ser concedida a esse servidor, desde que preenchidos os requisitos legais, a
- A) licença para capacitação.
 - B) licença para tratar de interesses particulares.
 - C) licença para atividade política.
 - D) licença para desempenho de mandato classista.
13. Considerando o que expressamente dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/90), analise as afirmativas abaixo.

I	O valor do auxílio-moradia não poderá superar vinte e cinco por cento da remuneração de Ministro de Estado.
II	Poderá ser concedido auxílio-moradia ao servidor quando seu cônjuge ou companheiro não ocupe imóvel funcional.
III	No caso de falecimento, exoneração, colocação de imóvel funcional à disposição do servidor ou aquisição de imóvel, o auxílio-moradia continuará sendo pago por dois meses.
IV	Auxílio-moradia é uma gratificação prevista em lei, paga mensalmente ao servidor, como forma de compensação pelas despesas com moradia e transporte.

Das afirmativas, estão corretas

- A) II e IV. B) III e IV. C) I e II. D) I e III.
14. O Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/90) prevê como direito do servidor, desde que preenchidos os requisitos legais, a Licença para Capacitação. De acordo com as expressas disposições previstas na referida lei, essa licença poderá ser concedida por até
- A) três meses, sem a remuneração do cargo.
 - B) quatro meses, sem a remuneração do cargo.
 - C) três meses, com a remuneração do cargo.
 - D) quatro meses, com a remuneração do cargo.
15. À luz do que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/90), a penalidade de advertência terá seu registro cancelado após o decurso de
- A) dois anos de efetivo exercício, independentemente de nova prática de infração disciplinar pelo servidor.
 - B) três anos de efetivo exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
 - C) três anos de efetivo exercício, independentemente de nova prática de infração disciplinar pelo servidor.
 - D) dois anos de efetivo exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

16. Um servidor lotado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte **procedeu de forma desidiosa** no exercício das atribuições do cargo. Para essa conduta, a Lei nº 8.112/90 prevê a penalidade disciplinar de
- A) suspensão. C) advertência.
 B) demissão. D) multa.
17. Uma servidora requereu o auxílio-natalidade em razão de nascimento de um filho. Nos termos dispostos no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/90), esse benefício lhe será concedido em quantia equivalente ao
- A) maior vencimento do serviço público, inclusive no caso de natimorto.
 B) maior vencimento do serviço público, salvo no caso de natimorto.
 C) menor vencimento do serviço público, salvo no caso de natimorto.
 D) menor vencimento do serviço público, inclusive no caso de natimorto.
18. Considerando as disposições expressas na Lei nº 9.784, 29 de janeiro de 1999, analise as afirmativas abaixo.

I	O direito da Administração de revogar os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados.
II	No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.
III	A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
IV	Em decisão na qual se evidencie lesão ao interesse público, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

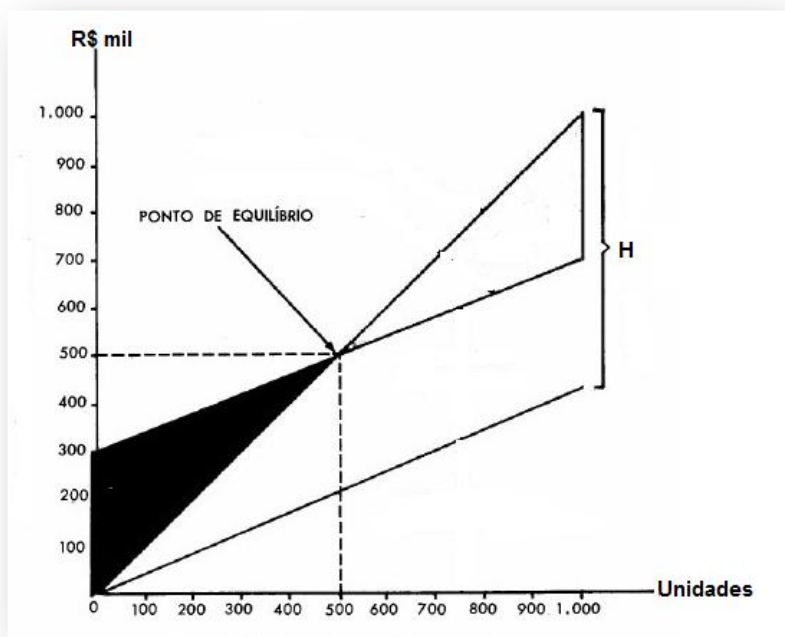
Das afirmativas, estão corretas

- A) I e IV. B) II e IV. C) I e III. D) II e III.
19. Segundo dispõe a Lei nº 9.784/99, das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito. Nos termos da referida lei, o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou da divulgação oficial da decisão recorrida, é de
- A) dez dias, salvo disposição legal específica.
 B) cinco dias, salvo disposição legal específica.
 C) três dias, salvo disposição legal específica.
 D) quinze dias, salvo disposição legal específica.
20. Nos termos da lei que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei nº 9.784/99), os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial,
- A) excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.
 B) incluindo-se na contagem o dia do começo e o do vencimento.
 C) incluindo-se na contagem o dia do começo e excluindo-se o do vencimento.
 D) excluindo-se da contagem o dia do começo e o do vencimento.

As informações a seguir servem de referência para responder às questões 21 a 23.

O Núcleo de Pesquisa em Alimentos e Medicamentos (NUPLAM) é uma unidade suplementar da UFRN, que desempenha atividades de natureza fabril e suporte ao ensino, pesquisa e extensão na área de ciências farmacêuticas.

Nesse contexto, considere que o gráfico abaixo representa o ponto de equilíbrio em relação à produção e venda de um medicamento Alfa, no mês de junho de 2018.



21. A variável identificada no gráfico como a letra “H”, representa
- A) o lucro unitário do medicamento Alfa.
 - B) a margem de contribuição total do medicamento Alfa.
 - C) a margem de contribuição unitária do medicamento Alfa.
 - D) o lucro total do medicamento Alfa.
22. O ponto de equilíbrio representado no gráfico é o
- A) global.
 - B) econômico.
 - C) financeiro.
 - D) contábil.
23. O valor dos gastos variáveis por unidade é de
- A) R\$ 400,00
 - B) R\$ 200,00
 - C) R\$ 500,00
 - D) R\$ 1.000,00

24. À Coordenadoria de Gestão de Transportes (CGT) da UFRN compete coordenar a gestão da frota de veículos de uso comum e de uso institucional. A CGT calculou que o custo-padrão de combustível gasto numa viagem de micro-ônibus, entre o campus Natal e a Escola Agrícola de Jundiá, é de R\$ 28,00. Para esse cálculo, a CGT considerou a distância percorrida de 24 km, consumindo 8 litros de combustível, ao custo de R\$ 3,50 por litro. No entanto, devido à greve dos caminhoneiros, uma viagem consumiu 9 litros de combustível, devido à necessidade de utilização de um desvio, e o preço do litro subiu para R\$ 4,00. Analisando as variações de custo, em relação ao padrão, conclui-se que
- A) ocorreu uma variação de volume no valor de R\$ 3,50.
 B) ocorreu uma variação de preço no valor de R\$ 0,50.
 C) ocorreu uma variação mista no valor de R\$ 7,50.
 D) ocorreu uma variação combinada de R\$ 4,00.

As informações a seguir servem de referência para responder às questões 25 a 28.

A UFRN publicou as suas Demonstrações Contábeis referentes ao Exercício findo em 31/12/2017, nas quais constam as Notas Explicativas, de onde foi extraído o trecho abaixo.

Tabela 7 – Intangível – Composição.

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	3.026.336,52	842.121,44	259,37%
Software com Vida Útil Indefinida	793.354,48	250.958,38	216,13%
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	-	-	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-
Amortização Acumulada	(1.335.103,57)	(562.912,65)	137,18%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
Total	2.484.587,43	530.167,17	368,64%

Fonte: Tesouro Gerencial.

No intangível, destaca-se os Softwares com vida útil definida, que representa cerca de 79,22% do valor bruto do grupo. Dentre esses, os Softwares mais relevantes em termos de valor são:

- a) IS16A9454 - Valor de R\$ 1.953.350,00 referente a licença de uso de software, por três anos, para gateway de email para proteção de pelo menos 1.000 contas de email;
- b) IS13A1981 – Valor de R\$ 369.500,00 referente a Kit para atualização de licenças FULL dos produtos relacionados a seguir em suas respectivas quantidades: VCS-STD-A, 1(uma) unidade, VS4-ENT-PL-A, 12(doze) unidades, VS5-ENT-PL-A, 22 (vinte duas) unidades, VCS5-STD-A, 2(duas) unidades, VCHB-VCMS-A, 1(uma) unidades, VC-SRM-ENT-VM-A, 100(cem) unidades, VU4-EN-100-A, 1(uma) unidade, Garantia do fabricante mínima de 36 meses;
- c) IS16E0479 – Valor de R\$ 365.603,13 referente a aquisição de licença de uso da base de dados da empresa Bloomberg Finance para o programa de Pós-Graduação em Administração da UFRN.

Disponível em: <<https://wp-sites.info.ufrn.br/admin/proad/wp-content/uploads/sites/8/2018/01/Demonstra%C3%A7%C3%B5es-cont%C3%A1beis-exigidas-pela-lei-432064-e-notas-explicativas-2017..pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

25. A Tabela 7 mostra a composição do intangível, que é um grupo evidenciado
- A) na demonstração dos fluxos de caixa. C) na demonstração das variações patrimoniais.
 B) no balanço financeiro. D) no balanço patrimonial.
26. A amortização acumulada, como se observa na Tabela 7, apresentou uma variação de 137,18% entre os anos de 2016 e 2017. Assim sendo, a cota de amortização calculada no ano de 2017
- A) constitui um fato permutativo e isso está evidenciado na demonstração das variações patrimoniais.
 B) constitui um fato permutativo e isso está evidenciado no balanço patrimonial.
 C) constitui um fato modificativo e isso está evidenciado na demonstração das variações patrimoniais.
 D) constitui um fato modificativo e isso está evidenciado no balanço patrimonial.

27. Na composição do intangível da UFRN existem *softwares* com vida útil definida e com vida útil indefinida. Também faz parte da composição do intangível, como evidenciado na Tabela 7, a amortização acumulada. Segundo as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, essa amortização deve ter sido calculada com base
- apenas nos intangíveis sem vida útil definida.
 - apenas nos intangíveis com vida útil definida.
 - nos dois tipos de *software*.
 - no saldo total do intangível.
28. A última coluna da Tabela 7 apresenta a análise horizontal dos componentes do intangível, que demonstra a variação percentual de cada componente entre os anos de 2016 e 2017. No entanto, a referida tabela não evidencia a análise vertical, também chamada de
- análise dinâmica.
 - análise de estrutura.
 - análise periódica.
 - análise de evolução.
29. Uma das classificações de custos divide-os em primários e de transformação. Considere que os custos primários de um determinado processo da TV Universitária da UFRN somam R\$ 120,00, enquanto os custos de transformação somam R\$ 90,00. Sabendo que os custos indiretos rateados para esse processo somam R\$ 20,00, o custo do processo, segundo o custeio por absorção, é de
- R\$ 120,00.
 - R\$ 210,00.
 - R\$ 190,00.
 - R\$ 140,00.
30. Os custos são classificados sob vários enfoques, de acordo com a necessidade da gestão. Sobre a classificação dos custos quanto ao volume de produção e quanto à sua forma de alocação aos objetos de custo, analise as afirmações abaixo.

I	Todo custo variável é direto, mas nem todo custo direto é variável.
II	Todo custo fixo é indireto, mas nem todo custo indireto é fixo.
III	Um custo fixo tem o mesmo valor todos os anos, mesmo que seu valor possa variar a cada mês.
IV	Um custo variável pode ser nulo, e seu valor oscila em função do volume mensal de produção.

Estão corretas as afirmativas

- II e IV.
 - I e II.
 - III e IV.
 - I e III
31. A Resolução CFC nº 1.366, de 25 de novembro de 2011, aprovou a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público. Segundo essa resolução, o sistema de custeio está associado ao modelo de mensuração e, desse modo, podem ser custeados os diversos agentes de acumulação de acordo com diferentes unidades de medida, dependendo das necessidades dos tomadores de decisões. Para isso, podem ser utilizados como unidades de medida:
- custo histórico, custo-corrente, valor de mercado e custo standard.
 - custo histórico, custo-corrente, custo estimado e custo padrão.
 - custo-corrente, custo-corrente corrigido, custo standard e custo padrão.
 - custo-corrente, custo-corrente corrigido, custo estimado e valor de mercado.

As informações a seguir servem de referência para responder às questões 32 a 34.

Entre as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público está a dos Fluxos de Caixa (DFC), composta por três fluxos.

A figura abaixo é um recorte da DFC da UFRN, referente ao Exercício findo em 31/12/2017.

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	86.617.968,76	67.064.628,70
INGRESSOS	2.022.658.380,78	1.806.030.009,94
Receitas de Operações	29.236.480,60	37.259.605,77
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	1.914.259,19	3.084.543,37
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	20.737.659,19	28.377.898,15
Remuneração das Disponibilidades	5.314.404,55	5.144.591,95

Disponível em: <<https://wp-sites.info.ufrn.br/admin/proad/wp-content/uploads/sites/8/2018/01/Demonstra%C3%A7%C3%B5es-cont%C3%A1beis-exigidas-pela-lei-432064-e-notas-explicativas-2017..pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2018. [Adaptado].

32. O recorte apresentado na figura refere-se a um dos quadros da DFC denominado
- A) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função.
 - B) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas.
 - C) Quadro de Receitas Derivadas e Originárias.
 - D) Quadro de Juros e Encargos da Dívida.
33. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é composta por três fluxos. O primeiro é o fluxo das atividades das operações, apresentado na figura. Os outros dois fluxos da DFC são os
- A) das atividades de investimento e das atividades de financiamento.
 - B) das atividades de captação e das atividades de distribuição.
 - C) das atividades de financiamento e das atividades de distribuição.
 - D) das atividades de investimento e das atividades de captação.
34. Considerando o valor do fluxo de caixa das atividades do ano de 2017 apresentado na figura, e sabendo que a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa apurada nesse ano foi de R\$ 40.068.563,57, conclui-se que
- A) os outros dois fluxos de caixa totalizaram um valor positivo de R\$ 126.686.532,33.
 - B) o saldo final de caixa e equivalentes de caixa no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 é de R\$ 126.686.532,33.
 - C) o saldo final de caixa e equivalentes de caixa no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 é de R\$ 46.549.405,19.
 - D) os outros dois fluxos de caixa totalizaram um valor negativo de R\$ 46.549.405,19.

35. A estrutura conceitual aprovada pela Resolução CFC nº 1.374/2011 contempla as características qualitativas da informação contábil-financeira útil. Nesse contexto, está presente a materialidade. Sobre esse aspecto, considere as afirmativas abaixo.

I	A materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade, baseado exclusivamente na magnitude dos itens aos quais a informação está relacionada, no contexto do relatório contábil-financeiro de uma entidade em particular.
II	Não se pode especificar um limite quantitativo uniforme para a materialidade.
III	A informação é material se a sua omissão ou sua divulgação distorcida puder influenciar decisões que os usuários tomam com base na informação contábil-financeira acerca de entidade específica que reporta a informação.
IV	Em uma situação particular, é possível predeterminar o que seria julgado material.

Com relação ao exposto, estão corretas as afirmativas

- A) III e IV.
B) I e II.
C) II e III.
D) I e IV.
36. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) apresenta os princípios orçamentários cuja existência e aplicação derivem de normas jurídicas. Alguns desses princípios fazem referência explícita à Lei Orçamentária Anual (LOA). Sobre essas temática, considere as afirmações abaixo.

I	A LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
II	O exercício financeiro orçamentário é o período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir.
III	A LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.

As afirmações apresentadas correspondem, respectivamente, aos princípios da

- A) unidade, anualidade e transparência.
B) totalidade, periodicidade e legalidade.
C) universalidade, anualidade e exclusividade.
D) publicidade, periodicidade e exclusividade.
37. Conforme explica o MCASP, taxa e preço público são duas receitas distintas, e essa distinção está descrita na Súmula nº 545 do Supremo Tribunal Federal (STF). Uma das características das taxas é que elas
- A) são também chamadas de tarifa de serviços prestados ou colocados à disposição do contribuinte diretamente pelo Estado.
B) decorrem da utilização de serviços públicos prestados originados de uma relação contratual regida pelo direito privado.
C) são compulsórias e têm sua cobrança condicionada à prévia autorização orçamentária, em relação à lei que a instituiu.
D) decorrem de lei e servem para custear, naquilo que forem cobertos pelos impostos, os serviços públicos.

As informações a seguir servem de referência para responder às questões 38 a 41.

A despesa orçamentária pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. A figura abaixo é um recorte do Balanço Orçamentário da UFRN, referente ao Exercício findo em 31/12/2017.

Despesas Orçamentárias	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Líquidas	Despesas Pagas
DESPESAS CORRENTES	1.564.798.234,00	1.648.077.555,00	1.881.335.069,20	1.702.8198.991,68	1.698.265.045,08
Pessoal e Encargos Sociais	1.340.631.324,00	1.417.145.568,00	1.410.730.229,49	1.410.730.229,49	1.410.730.229,49
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	224.166.910,00	230.931.987,00	470.604.839,71	292.089.762,19	287.534.815,59
DESPESAS DE CAPITAL	79.797.636,00	75.422.501,00	85.038.746,21	7.866.487,23	7.810.044,49
Investimentos	79.797.636,00	75.422.501,00	85.038.746,21	7.866.487,23	7.810.044,49
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.644.595.870,00	1.723.500.056,00	1.966.373.815,41	1.710.686.478,91	1.706.075.089,57

Disponível em: <<https://wp-sites.info.ufrn.br/admin/proad/wp-content/uploads/sites/8/2018/01/Demonstra%C3%A7%C3%B5es-cont%C3%A1beis-exigidas-pela-lei-432064-e-notas-explicativas-2017..pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2018. [Adaptado].

38. Conforme se pode concluir a partir do que evidencia a figura, o saldo de dotação das despesas correntes é de
- A) R\$ 54.742.436,68.
 - B) R\$ 83.279.321,00.
 - C) R\$ 50.187.490,08.
 - D) R\$ 233.257.514,20.
39. De acordo com os dados presentes na figura, o saldo de dotação das despesas de capital é de
- A) R\$ 4.375.135,00.
 - B) R\$ 56.442,74.
 - C) R\$ 9.616.245,21.
 - D) R\$ 48.956,24.
40. Os restos a pagar não processados de despesas correntes em 31/12/2017 é de
- A) - R\$ 178.515.077,52.
 - B) R\$ 183.070.024,12.
 - C) - R\$ 183.070.024,12.
 - D) R\$ 178.515.077,52.
41. Os restos a pagar processados de despesas de capital em 31/12/2017 é de
- A) R\$ 77.172.258,98.
 - B) - R\$ 77.172.258,98.
 - C) R\$ 56.442,74.
 - D) - R\$ 56.442,74.
42. A descrição sumária das atividades para o cargo de Técnico em Contabilidade, conforme explicita o Edital nº 016/2018, que rege esse concurso, inclui a atividade de “levantar estoque”. Segundo o MCASP, um exemplo de estoque que deve ser mensurado pelo custo histórico ou pelo custo corrente de reposição, dos dois o menor, é o estoque
- A) mantido para distribuição gratuita ou de valor irrisório.
 - B) mantido para consumo na produção de bens para comercialização.
 - C) de bens adquiridos em transação sem contraprestação.
 - D) de bens de almoxarifado, avaliados pelo preço médio.

43. Uma das partes do balanço patrimonial das entidades públicas é o quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes. Sobre a composição desse quadro, analise as afirmações abaixo.

I	Caso o balanço patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no ativo financeiro os créditos a empenhar.
II	O ativo permanente compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação independem de autorização legislativa.
III	O passivo financeiro compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.
IV	Caso o balanço patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Em relação ao exposto, estão corretas as afirmativas

- A) I e IV.** **C) II e III.**
B) III e IV. **D) I e II.**

44. Quanto à categoria econômica, as receitas orçamentárias são classificadas em “receitas correntes” e “receitas de capital”. Em seguida, essas receitas são detalhadas por origem. São exemplos de origens de receitas de capital:

- A) operações de crédito, alienação de bens e receita industrial.**
B) captação de empréstimos, contribuições e receita industrial.
C) operações de crédito, alienação de bens e amortização de empréstimos.
D) captação de empréstimos, receita patrimonial e amortização de empréstimos.

45. A classificação orçamentária por fontes/destinações de recursos tem como objetivo identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos. Como mecanismo integrador entre a receita e a despesa, o código de fonte/destinação de recursos exerce um duplo papel no processo orçamentário. Para a receita e para a despesa orçamentárias, esse código tem como finalidade, respectivamente,

- A) controlar as fontes da receita orçamentária; controlar as destinações da despesa orçamentária.**
B) indicar a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas orçamentárias; identificar a origem dos recursos que estão sendo utilizados.
C) evitar a dupla contagem dos valores financeiros objeto de operações; evitar a aplicação da receita no pagamento de uma despesa orçamentária incompatível.
D) identificar as espécies de receitas orçamentárias; destinar adequadamente os recursos arrecadados.

46. O custo dos estoques pode não ser recuperável se esses estoques estiverem danificados, se se tornarem total ou parcialmente obsoletos ou se os seus preços de venda tiverem diminuído.

O lançamento para contabilização do ajuste de perdas de estoques para adequar ao valor realizável líquido é:

- A) D – VPA com Ajuste de Perdas de Estoques.**
C – Estoques Irrecuperáveis.
B) D – VPD com Ajuste de Perdas de Estoques.
C – Estoques Irrecuperáveis.
C) D – VPA com Ajuste de Perdas de Estoques.
C – (-) Ajuste de Perdas de Estoques.
D) D – VPD com Ajuste de Perdas de Estoques.
C – (-) Ajuste de Perdas de Estoques.

As informações a seguir servem de referência para responder às questões 47 e 48.

A UFRN publicou as suas Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2017, onde constam as Notas Explicativas, das quais foi extraído o trecho abaixo.

Tabela 6 - Bens de Uso Especial – Composição

Bens Imóveis de Uso Especial	Valores em R\$ 1,00			
	31/12/2017	31/12/2016	AH%	AH%
Imóveis de Uso Educacional	397.978.883,55	354.014.286,66	12,42%	64,83%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	98.385.666,35	95.033.287,95	3,53%	16,03%
Fazendas, Parques e Reservas	94.130.945,26	11.241.281,34	737,37%	15,33%
Edifícios	13.198.688,83	5.065.774,74	160,55%	2,15%
Imóveis Residenciais e Comerciais	9.613.620,04	6.149.274,65	56,34%	1,57%
Terrenos, Glebas	415.000,00	422.873,20	-1,86%	0,07%
Aeroportos, Estações e Aeródromos	123.007,14	50.429,76	143,92%	0,02%
Total	613.845.811,17	471.977.208,30	30,06%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Até o encerramento do exercício de 2017 houve diversos lançamentos que contribuíram para as variações apresentadas na tabela acima. A UFRN vem realizando, através da contratação de empresa especializada, a reavaliação de todos os seus Bens Imóveis que estavam com valores defasados e estavam com o prazo de 2 (dois) anos de reavaliação vencido.

A maior variação ocorreu no grupo **Fazendas, Parques e Reservas**, que apresentou uma variação positiva de 737,37% no comparativo. Essa variação foi referente a reavaliação do imóvel denominado "Escola Agrícola de Jundiá", localizada na Rodovia RN 156, km 03, CEP 59280-000, Município de Macaíba/RN.

Disponível em: <<https://wp-sites.info.ufrn.br/admin/proad/wp-content/uploads/sites/8/2018/01/Demonstra%C3%A7%C3%B5es-cont%C3%A1beis-exigidas-pela-lei-432064-e-notas-explicativas-2017.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

47. Considerando que o imóvel "Escola Agrícola de Jundiá" já apresentava depreciação acumulada antes da reavaliação, essa depreciação, após a reavaliação, deve ser
- A) mantida em uma conta separada da nova depreciação que passará a ser contabilizada nos próximos períodos.
 - B) eliminada contra o valor contábil bruto do ativo, atualizando-se o seu valor líquido pelo valor reavaliado.
 - C) agregada ao valor do ajuste de reavaliação, atendendo à norma que define custo ou mercado, dos dois, o menor.
 - D) diluída ao longo da vida útil projetada do bem, de forma a ser zerada ao final desse período, proporcionalmente ao tempo.
48. A UFRN tem, em seu patrimônio, vários edifícios, e esse grupo apresentou uma variação positiva de 160,55% entre os anos de 2016 e 2017, como se observa na Tabela 6. Em outro trecho das Notas Explicativas, foi informado que parte dessa variação foi decorrente da reavaliação do imóvel de RIP 1741 00288.500-1, denominado "Antiga Escola de Serviço Social", prédio esse onde hoje funciona a Câmara Municipal de Natal. Atendendo às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, para proceder à reavaliação desse imóvel, a UFRN teve que reavaliar
- A) todos os ativos que compõem a classe de contas do ativo imobilizado à qual pertence esse ativo.
 - B) apenas o imóvel específico e as benfeitorias realizadas nele.
 - C) todos os ativos que compõem o ativo imobilizado.
 - D) apenas os ativos incorporados ao imobilizado no mesmo ano-base de incorporação desse ativo.

As informações a seguir servem de referência para responder às questões 49 e 50.

Com o objetivo de uniformizar as práticas contábeis, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em conjunto com o Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis (GTCON), elaborou o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), adequado aos dispositivos legais vigentes, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP), aos padrões internacionais de Contabilidade do Setor Público e às regras e procedimentos de Estatísticas de Finanças Públicas reconhecidas por organismos internacionais.

- 49.** As contas do PCASP são identificadas por um código
- A)** de 7 níveis e 10 dígitos.
 - B)** de 7 níveis e 9 dígitos.
 - C)** de 5 níveis e 9 dígitos.
 - D)** de 5 níveis e 7 dígitos.
- 50.** São exemplos de níveis dos códigos de contas do PCASP:
- A)** grupo, título e item.
 - B)** classe, subclasse e função.
 - C)** subclasse, grupo e subtítulo.
 - D)** função, classe e item.